



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

O controle democrático na construção do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos (PEEDH): uma experiência do Estado Paulista

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini
Instituto Paulo Freire
pinifrancisca@gmail.com

Wagner Hosokawa
Universidade de Guarulhos/SP - UNG
wagnerhosokawa@gmail.com

Tatiana Pereira Lima
Fundação CASA
tatisasc@gmail.com

Eloisa Gabriel dos Santos
Centro Universitário
Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU
eloisa.santos@fmu.br

RESUMO

Este relato de experiência analisará o processo participativo e democrático na formulação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Estado de São Paulo. O percurso foi desencadeado pelo Conselho Estadual da Pessoa Humana (Condepe), em 2017, contou com órgãos de Estado, movimentos sociais e organizações da sociedade civil envolvidos com a área dos direitos humanos. O controle democrático na construção da política de educação em direitos humanos, em particular, a experiência do Estado de São Paulo, demonstrou a capacidade organizativa e política do Condepe e dos movimentos sociais na coordenação dessa intervenção e nos possibilitou conhecer a viabilidade da política, das disputas existentes no campo da educação em direitos humanos e os desafios da conjuntura nacional, no que se refere à regressão de direitos. O Estado de São Paulo foi o terceiro Estado da federação a planejar uma ação que colocasse a educação em direitos humanos na cena política, em um contexto controverso e de retirada dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Podemos afirmar que a transversalidade do debate e a junção de forças políticas marcaram o percurso desse movimento. O projeto de uma educação emancipadora se mostrou viável, como aprendizado político, tendo em vista que não existem condições objetivas do ponto de vista administrativo e político para sua implementação, mas há um espaço no Condepe, para continuar tensionando esse direito, por meio da organização da sociedade civil e da interlocução com os órgãos do sistema de justiça.

Palavras-chave: Democracia; Educação em Direitos Humanos; Participação.



Democratic control in the construction of the State Plan for Human Rights Education (PEDH): an experience of the state of São Paulo

ABSTRACT

This experience report will analyze the participatory and democratic process in the formulation of the State Plan for Human Rights Education in the State of São Paulo. The route was initiated by the State Council of the Human Person (Condepe), in 2017, it counted on State organs, social movements and civil society organizations involved in the area of human rights. Democratic control in the construction of the human rights education policy, in particular, the experience of the State of São Paulo, demonstrated the organizational and political capacity of the Condepe and the social movements in coordinating this intervention and enabled us to know the viability of the policy, existing disputes in the field of human rights education and the challenges of the national context, with regard to the regression of rights. The State of São Paulo was the third state in the federation to plan an action that would place human rights education on the political scene, in a controversial context and the withdrawal of social, political, economic and cultural rights. We can say that the transversal nature of the debate and the joining of political forces marked the path of this movement. The project of an emancipatory education proved to be viable, as a political learning, considering that there are no objective administrative and political conditions for its implementation, but there is a space at Condepe, to continue to tension this right, through the organization civil society and dialogue with the organs of the justice system.

Keywords: Democracy; Human Rights Education; Participation.



Introdução

O inconcluso processo democrático instaurado no Brasil, fruto da luta social que rompeu com a ditadura civil e militar de 1964-1985, propiciou a formulação da Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu novas referencialidades no marco jurídico e político possibilitando a correlação de forças de distintos projetos de sociedade em disputa, sendo um deles, o que se insere a Educação em Direitos Humanos (EDH).

A Constituição Federal de 1988 introduziu uma nova concepção de políticas sociais, reafirmando o caráter público, universal, não contributivo, de acessibilidade irrestrita aos serviços e a garantia da participação da sociedade civil no controle democrático e na execução das ações, o que significa a gestão partilhada das políticas públicas. Essa conquista tardia no marco jurídico em relação aos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais colidem com a estrutura autoritária do processo sócio-histórico brasileiro e do próprio sistema capitalista.

Como afirma o autor István Mészáros:

Quanto mais “avançada” a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades – também na forma de “privatização” promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias (MÉSZÁROS, 2008, p. 80).

Ele nos convoca à reflexão do quanto a sociabilidade capitalista tem caminhado alinhada a uma forma de dominação das pessoas determinando uma estrutura de vida que seja exclusiva ao consumo e para isso a educação tradicional cumpre um papel fundamental, pois a ideia subjacente é de que ser “alguém” é transitar pela sociedade das mercadorias. Nesse contexto, não podemos desconsiderar o caráter contraditório que perpassa as relações sociais e nesse movimento correlacionar forças, para disputar um projeto de educação emancipador.

Sob esta contradição se localizam as políticas de educação em direitos humanos, numa perspectiva emancipadora, que buscam promover reflexões teórico-metodológicas para que cada pessoa possa se perceber como sujeito de direitos e capaz de romper com a alienação capitalista.

Ao problematizar a educação brasileira, na primeira metade do século XX, Paulo Freire (2008) reflete sobre democracia:

O trânsito é o tempo de crise desta sociedade “fechada”, um tempo de opções e de luta entre os velhos e os novos temas históricos, onde se anunciam tendências à democracia. A democratização é uma tendência real durante o período de trânsito, mas terão sido ilusórias as tendências de instauração de uma ordem antidemocrática? A democracia e a liberdade encontram-se esboçadas nesta etapa de transição como possibilidades históricas. Elas não se efetivam sem luta (FREIRE, 2008, pp. 24-25).

O autor já afirmava aqui a consciência crítica dos homens e mulheres, pois sem ela é impossível pensar em democracia e liberdade em um momento de profundas transformações políticas, econômicas e sociais.

Por isso, as forças oligárquicas brasileiras reagiram “para frear este processo de expansão da participação popular, limitá-lo por todas as formas e argumentos imagináveis. Daí sua manifesta oposição ao projeto de extensão do direito de voto aos analfabetos” (FREIRE, 2008, p. 27).

A resistência e a luta atravessam a história dos/das trabalhadores/as do Brasil e América Latina e, no campo da educação, Freire e o conjunto de intelectuais, movimentos sociais e sindicais, que estavam na trincheira da educação crítica, tensionam por um projeto de educação emancipador, que apresente ao conjunto da classe trabalhadora possibilidades concretas de



acessar a riqueza produzida pelo seu trabalho. Esse legado faz parte da luta dos países latino-americanos nos períodos autoritários marcados pelas ditaduras entre as décadas de 1960 a 1980.

No contexto de redemocratização, a grave herança das violações rotineiras permaneceu pelo fato de não ter rompido com a cultura oligárquica que preservava os padrões de reprodução da desigualdade e da violência estatal, os quais estão presentes neste século XXI.

A justiça de transição entendida como o direito à memória, à verdade, à justiça e à reforma institucional, promovida pelos estados que tiveram ditaduras, não foi realizada pelo Brasil como nos demais países do continente latino-americano. Esse fato vai marcar os 32 anos de abertura democrática no Brasil, o qual convivera com ameaças cotidianas à democracia.

Os anos de 1990, ao mesmo tempo que o Brasil passou a viver sob novos marcos jurídicos, passara a conviver no campo político com os princípios neoliberais, com enfoque na privatização do patrimônio público, na focalização das políticas sociais, com o desemprego em massa e ampliação da desigualdade social colocando milhares de pessoas à extrema miséria. (PINI; MORAES, 2011).

Nesse contexto neoliberal é que o Brasil, por meio dos movimentos sociais, sindicais e as Universidades, conquistou em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH), reformulando-o em 2002 e, no mesmo ano, lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH-2).

Cabe salientar que o Brasil participou da II Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, 1993, momento em que diversos países e organizações da sociedade civil, de toda parte do mundo, debateram e formularam estratégias de como disseminar concepção, metodologia, atitudes da educação em direitos humanos, nas áreas estratégicas da vida social. Naquele momento as quatro áreas foram: Educação básica, educação superior, formação dos servidores públicos e forças de segurança e de justiça.

Com esse acúmulo e em uma conjuntura política nacional favorável ao avanço, o Brasil em 2003, cria o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, com os órgãos de Estado e organizações da sociedade civil, vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos para formular o documento intitulado *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH), no mesmo ano em que encerraria a década mundial dos direitos humanos. (ZENAIDE, 2019).

Os fundamentos da educação em direitos humanos se ancoram em uma concepção de educação emancipadora, democrática, dialógica e problematizadora (MONTEIRO e TAVARES, 2010).

O Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos planejou a consulta aos 26 Estados e o Distrito Federal, por meio de oficinas organizadas, no ano de 2004, do documento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, para extrair contribuições para seu aprimoramento e após a sistematização das propostas em 2005, o mesmo foi publicado em 2006, em sua versão final. O PNEDH está estruturado em cinco eixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não Formal, Educação e Mídia e Educação dos profissionais da segurança pública e sistema de justiça.

O texto do PNEDH/2006 afirma:

a concepção de direitos humanos articulada com as concepções de democracia e cidadania ativa, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência (PNEDH, 2006, p. 3).

Essa concepção de direitos humanos expressa a preocupação com a democracia de base e com as violações cometidas pelo Estado brasileiro no período da ditadura civil e militar e sobretudo com as desigualdades sociais, quando afirma os princípios da equidade e da diversidade



(ZENAIDE, 2019).

Na mesma direção podemos relacionar democracia e direitos humanos, pelo fato da contraditória sociedade capitalista, por meio do Estado, querer confundir a população com caridade ao invés de direitos, o qual é possível de ser acessado por todos/as e possibilita a disputa pela riqueza socialmente produzida. (CHAUI, 2005).

Devido as inúmeras demandas da sociedade civil em relação às diretrizes necessárias para a efetivação dos direitos humanos, em 2008, iniciou uma atualização e revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos I e II, tendo como instrumento fundamental a realização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (11ª CNDH). Assim, em 2009, o PNDH-3 foi aprovado por meio do Decreto nº 7.037 e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, sendo estruturado em seis eixos: interação democrática entre Estado e Sociedade Civil, Desenvolvimento e Direitos Humanos, Universalizar Direitos em um Contexto de desigualdades, Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, Educação, Cultura e Direitos Humanos e Direito à Memória e à Verdade (PNDH-3/2009).

O PNDH-3 tem um eixo específico que trata da Educação e da Cultura em Direitos Humanos e o primeiro objetivo é a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006).

O Ministério da Educação, em 2012, foi a primeira política pública a criar diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, conforme o PNEDH. As diretrizes nacionais afirmam no artigo 4º que:

A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Nessa trincheira de conquistas dos marcos legais, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi instituído pela Lei nº 13.005/2014, em consonância com o artigo 214, da Constituição Federal de 1988 e fruto de um processo participativo intenso de todos os segmentos da educação. Este documento definiu dez diretrizes que devem orientar a educação brasileira e estabeleceu 20 metas para o período de 10 anos.

Conforme o Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2019), há o registro de que “quase um milhão de pessoas mobilizadas nesses cinco anos de PNE, realizando atividades autogestionadas para se apropriarem e multiplicarem o debate em torno das metas e estratégias que o Brasil pactuou para sua educação até 2024” (p. 7). O relatório revela a falta de cumprimento das metas aprovadas no PNE decorrente do próprio processo econômico e político de regressão de direitos.

Na convivência tensa da democracia, em 2015, o governo da presidenta Dilma aprova as diretrizes para a realização da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Nesse mesmo ano, foram realizadas as conferências municipais, estaduais e livres em todo o território nacional e em abril de 2016, a Conferência Nacional dos Direitos Humanos, em Brasília. Um momento político do Brasil em que as condições objetivas para o golpe à democracia estavam dadas.



Estiveram presentes, os movimentos sociais dos diversos segmentos dos direitos humanos que se uniram para aprovar as principais propostas relativas ao tema, pois a conjuntura política anunciava, tempos difíceis para a democracia e para educação em direitos humanos. Os conferencistas presentes aprovaram mais uma vez a proposta de formulação dos planos de EDH para aos estados e municípios brasileiros e dentre outras deliberações que foram mantidas até hoje, como o direito ao nome social. (RELATÓRIO DA 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2016).

Em nível nacional, a última atividade em relação à EDH foi realizada em 2018, com o I Colóquio Internacional de Educação em Direitos Humanos, promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos e por intermédio da Coordenadoria de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Cidadania, no espaço da Universidade de Brasília (UnB). A centralidade do Colóquio foi comemorar os 15 anos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Mesmo em um contexto de golpe, foi possível contar com intelectuais, militantes e diversas organizações da sociedade civil, que estiveram e permanecem na luta pela efetivação da EDH.

Conforme Piovesan (2014), “não há direitos humanos sem democracia e tampouco democracia sem direitos humanos. Vale dizer, o regime mais compatível com a proteção dos direitos humanos é o regime democrático” (PIOVESAN, 2014, p. 19).

Assim, chegamos em 2020, com 32 anos da Constituição Federal, os 72 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 52 anos da publicação do Livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Em relação à obra de Paulo Freire continua sendo um referencial teórico relevante, no campo da educação em direitos humanos, por demarcar a contradição entre opressor e oprimido e por instigar os oprimidos a lerem suas realidades, dizerem suas palavras e serem convocados a lutarem contra opressão (FREIRE, 2005).

É nesse contexto que nos inserimos para relatar a experiência de elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos em São Pauloⁱ e analisar o processo participativo e democrático em sua formulação. O percurso foi desencadeado pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), em 2017, contou com órgãos de Estado, movimentos sociais e organizações da sociedade civil envolvidos com a área dos direitos humanos.

Educação em Direitos Humanos em contexto de contrarreformas do Estado

Frantz Fanon, intelectual importante na luta pela independência da Argélia no século XX, escreveu em sua obra *Os condenados da terra*, que “depois da libertação nacional, é ele [o povo] convidado a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento, a luta, afirmam todos, continua. O povo verifica que a vida é um combate sem fim” (FANON, 1968, p. 73). A questão da colonização e descolonização dos povos, em especial na África, ainda se coloca até os dias atuais, se consideramos a persistente crise de direitos sociais e humanos, desigualdades crescentes e desemprego estrutural que geraram tragédias que atormentam a humanidade nessas primeiras duas décadas deste século XXI, para citar três: a guerra do Iraque, a situação da imigração europeia e dos povos da América Central e a precarização do trabalho.

Em particular, o capitalismo, na sua fase neoliberal, tem gerado uma nova crise humanitária que imaginávamos estar superada, pós segundos guerra, pelo pacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela disseminação de sistemas de proteção social pelo mundo e pelas possibilidades construídas desde então. Porém, a globalização financeira se mostrou mais direta e eficaz para os capitais, reconfigurou não apenas o sistema monetário e das finanças, mas como gerou uma instabilidade mundial em termos de direitos humanos na vida social, individual e coletiva do ser social.

No Brasil, a letargia da burguesia nacional, em conluio com o governo dirigido pelos



militares, retardou o quanto pode, em nome dos seus lucros, qualquer possibilidade de mudança ou adaptação que estivesse ocorrendo no mundo, fazendo com que a economia política dos governos militares ainda segue firme na lógica nacional desenvolvimentista *pari passu* a uma acumulação de riqueza desmedida até o início da década de 1980.

Contradição e pacto das forças burguesas marcam a nossa abertura política e a herança dos resquícios da política econômica implantada pelos governos militares rendeu à *nova* democracia brasileira esse contexto antagônico: de um lado um Estado omissivo diante da crescente concentração de renda, a máquina estatal azeitada para os compromissos burgueses e do outro uma nova constituição recém-elaborada sobre novas bases trazendo como conquistas a seguridade social, a cidadania e os direitos humanos.

É nessa conjuntura que o Brasil, tardiamente, adentra o processo de contrarreformas neoliberais, em que países vizinhos, como o Chile, já tinham adotado as orientações do *Consenso de Washington*, já nas décadas de 1970-80. O Brasil ainda estava em transição de regime, com uma parte da fração burguesa já transitando para o modelo neoliberal de livre mercado total, e buscando por meio de seus representantes políticos, promover reformas estruturais para um Estado apenas para assuntos de defesa e meramente gerencial do interesse do capital.

Isso está evidente nas eleições gerais, em particular, de Fernando Collor de Mello (1990-92), primeiro a adotar a proposta de um Plano de Desestatização, que só é tocado com eficiência a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pois é neste governo onde há a incorporação de uma fração burguesa influente nesse período, o setor financeiro, que ocupa os postos no governo de toda política econômica, do Banco Central, aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, além de promover radical reforma do Estado que possibilita enfraquecimento das instituições atreladas à lógica da dívida pública e limites para ampliação do papel estatal nas áreas sociais.

A década de 1990 foi marcada por reformas neoliberais que desestabilizaram o Estado em termos de políticas sociais, pois, apesar de, legalmente, a Constituição de 1988 orientar o Estado brasileiro para uma versão nacional de *welfare state*, compreendido como um conjunto de ações estatais de acesso a todos/as, mas sua interrupção ocorre já na possibilidade de sua implantação. Isso se deu em parte pela instabilidade econômica herdada da ditadura militar e que atravessou a década de 1980 para 1990, seja pela instabilidade política, pois, em 1992, o impeachment de Collor aprofunda a estabilidade monetária, o que irá acontecer nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, já sob a influência do modelo neoliberal. O binômio estabilidade monetária e instabilidade social marca desse período.

Na sequência, a eleição do Governo Lula, em 2002, com 53 milhões de votos. Havia uma aposta na “descontinuidade e ruptura com o neoliberalismo” (ANTUNES, 2005, p. 3), mas o governo Lula construiu um conjunto de alianças políticas, cuja ações precarizaram ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora e que impossibilitaram reformas de base.

Há consenso de que os governos Lula e Dilma fizeram muitas intervenções no campo das políticas sociais, que asseguram alguns direitos sociais e impactaram a vida da classe trabalhadora, mas o fato dos capitalistas terem sido beneficiados retirou a possibilidade da realização de reformas de base, como a reforma agrária. Assim, como afirmar o lugar da educação em direitos humanos nesse contexto de contrarreformas?

O fundo público é o lugar que garante a materialidade das políticas públicas e sociais, contudo esse modelo econômico foi orientado pelo contingenciamento de gastos com estas políticas, como educação e seguridade social por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU)ⁱⁱ, em que os recursos arrecadados pelo Estado foram destinados ao pagamento de juros e dívidas públicas, atendendo a lógica de financeirização e do mercado (SALVADOR, 2010, p. 369-380).



É de conhecimento da sociedade civil organizada que lutou pela aprovação política educacional, que após 2016, com a emenda constitucional 95/2016, as políticas de educação e saúde sofreram cortes nos investimentos e ainda passarão 20 anos sem ter a possibilidade de ampliar novos projetos e programas nas respectivas políticas, significando a falta de acesso de uma geração a essas políticas sociais elementares ao desenvolvimento humano.

O Estado brasileiro ratificou convenções, pactos e acordos internacionais no âmbito de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros. É possível perceber que durante o governo Fernando Henrique Cardoso foram construídos os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH I e II) como também a implementação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), em 1996, a promulgação da Lei da Tortura (nº 9.455/97) 1997 e do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), em 1999, instituído pela Lei nº. 9.807/99. No entanto, a operacionalização e materialidade desses direitos subsumiam devido a uma política macroeconômica, que era mais decisiva e operativa seguindo as deliberações e negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, em que o Estado brasileiro prioriza os interesses do mercado financeiro.

O conjunto das experiências que culminou no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), foi justamente aquelas experiências oriundas da sociedade civil organizada, via movimentos sociais, universidades públicas como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade de São Paulo (USP), com intenso protagonismo dos Núcleo de Estudos da Violência (NEV), o Núcleo de Estudos para Paz (NEP), a Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) e a Universidade de Brasília (UnB).

Outros aspectos importantes foram a criação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, em São Paulo, em 1995, pela Comissão Justiça e Paz e a realização do I Congresso Brasileiro de Educação em Direitos Humanos em 1997, com ampla participação da sociedade civil, pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, gestores públicos e docentes.

É nesse cenário que é construído o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2003. Em uma conjuntura político-institucional adversa, devido ao desgaste da política econômica neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso e no momento em que as eleições gerais de 2002 confirmaram uma mudança no Poder Executivo Federal com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, que reunia, no seu escopo, inúmeros militantes, intelectuais e dirigentes do campo progressista ligados à pauta dos direitos humanos.

O período de 2003 a 2010 mantém-se a mesma política econômica, orientada pelo modelo neoliberal, em que “os dois mandatos de Lula à frente do executivo formaram síntese contraditória das duas almas [por] ter sido viável promover simultaneamente, políticas que beneficiavam o capital e a inclusão dos mais pobres” (SINGER, 2012, p. 122), e as políticas voltadas para os Direitos Humanos. No bojo dessa contradição, foi incluída no campo de forças do projeto desenvolvimentista do capitalismo no interior do governo Lula, pressupondo investimento em políticas públicas e sociais como parte do componente indutor do crescimento econômico e alinhamento internacional ao conjunto de deliberações.

E foi nesse campo de conflitos e interesses que as políticas dos direitos humanos passaram a ser ampliadas, com a manutenção dos espaços públicos de participação social, tais como: conferências, conselhos e planos, com recursos para programas e projetos orientados pela EDH com estímulo tanto no nível superior, quanto da educação básica, além de ampliação das políticas identitáriasⁱⁱⁱ, criação de secretarias por segmentos da sociedade e por temas prioritários.

As decisões ligadas a Educação em Direitos Humanos, dada sua intersectorialidade e transversalidade, como as leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino



de história da África, afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica como parâmetros curriculares nacionais do MEC, previstas pela LDB (1996) e que se expressam a partir da política de igualdade racial. Na educação básica e no ensino superior, em que a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do governo Lula afirma:

Nas duas áreas priorizadas – a educação étnico-racial e os quilombos, percebo: a ampliação do número de jovens negros que ingressaram nas universidades públicas por meio das cotas raciais e sociais, e, os quilombolas com atitudes mais contundentes para encaminhamentos de reivindicações visando à ampliação da regularização das terras. É inegável, também, a luta travada cotidianamente do ponto de vista individual e coletivo, visando à manutenção e a efetivação dessas conquistas. (RIBEIRO, 2013, p. 245-246)

Esse período também é marcado por limites, justamente porque a lógica orçamentária manteve-se no mesmo ritmo do modelo neoliberal dos governos anteriores, com manutenção da mesma estrutura e mecanismos de contenção de recursos, não permitindo uma universalização dos compromissos presentes no PNEDH, fazendo com que as instituições protagonistas se limitassem a promover a EDH por meio de projetos que tinham fim predeterminado, sem a continuidade estabelecida como um Programa, sendo raras as possibilidades, como exemplo, no ensino superior, onde são criadas secretarias ou comitês permanentes para estudar, implantar e avaliar políticas de EDH.

Já no governo da presidenta Dilma Rousseff, a pauta dos direitos humanos manteve os mesmos espaços democráticos de participação social do governo anterior, ampliando o papel de algumas áreas temáticas, dentre as quais a questão das mulheres, com a criação de serviços de atendimentos nos municípios, a Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015, a política de juventude, Lei nº 12.852 de 2013, o Sistema Nacional de Juventude e a ação mais significativa de seu mandato foi a instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela lei nº 12.528, em 2011. Todos esses avanços foram conquistados em clima de tensão como analisa Silva (2016):

A criação da CNV foi motivo de tensões e controvérsias, envolvendo as FFAA^{iv}, militantes políticos, estudiosos, e seus próprios membros. Além do que, notadamente em relação às FFAA, enfrentou uma série de obstáculos, tendo em vista que os militares sempre mantiveram um posicionamento contrário sobre qualquer tentativa de se investigar o passado. (SILVA, 2016, p. 100)

Esse embate permeou todo processo da Comissão que encerrou suas atividades, simbolicamente em 10 de dezembro de 2014, com um relatório final que aponta diversos crimes e abusos cometidos pelo Estado brasileiro, mas sem uma definição legal sobre o caráter efetivo da justiça, ainda sendo peça de divergências entre as forças políticas e militares, por não reconhecerem como crimes o que ocorreu no período da ditadura civil e militar (1964-1985).

Outros conflitos residiram especialmente no período de 2015 a 2016, em que a oposição ao governo do PT, na Presidência, se concentrou em atacar o campo dos direitos humanos, avocando os riscos à *liberdade individual*, acusando a presidenta Dilma e seu partido (PT) de *promover guerra cultural contra valores morais e tradicionais da família brasileira*, atacando principalmente as políticas no âmbito dos Direitos Humanos. Esse ataque reunia as forças políticas da oposição e parte dos parlamentares que faziam parte da base do governo na coalização de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), alguns desses grupos conservadores desencadearam iniciativas como o movimento *escola sem partido*, que segundo Fernando Penna,

(...) a defesa do projeto como um discurso reacionário porque ele constitui uma reação aos avanços que o Brasil experimentou nas últimas décadas em suas políticas públicas educacionais. Por exemplos: duas leis (10.639/2003 e 11.645/2008) tornaram obrigatório o ensino de história e de cultura afrobrasileira e



indígena. Isso incomoda tanto que o movimento acusa de “doutrinação religiosa de candomblé e umbanda” um livro que apenas traz uma representação infantilizada do orixá Xangô, acompanhada de uma legenda meramente informativa. Houve grandes avanços na produção de materiais didáticos que discutem questões de gênero e esta temática tornou-se o foco do maior ataque do discurso reacionário. Mas por que o gênero? Porque é uma agenda que movimentos como o Escola sem Partido usam para explorar politicamente o desconhecimento de uma parcela significativa da população sobre o cotidiano das escolas e sobre as próprias discussões de gênero e sexualidade (PENNA, 2018, p. 117).

Nestes últimos sete anos, de 2013 a 2020, a palavra retrocesso pode ser usada com profundidade, pois é nesse contexto que tivemos uma sucessão de crises políticas que começa em 2013, com o que ficou conhecido como as “mobilizações de junho”, seguidas do impeachment da presidenta Dilma, em 2016. Aqui, é relevante compreender que nesse período há uma guerra de narrativas, e o lado que reúne as forças políticas de oposição tentam construir, desde 2005, uma tática e estratégia de minar os governos do PT, por meio da associação à corrupção.

A articulação política das forças partidárias de direita, que buscam retomar o poder e o controle do Estado, ou seja, o poder executivo federal, se deu pela criação de uma “revolta contra a corrupção (...) marcada pela seletividade, mas também pelo maniqueísmo” (MIGUEL, 2018, p. 24).

Com o crescimento de uma direita conservadora, que reúne uma mistura de ideias, reivindica as tradições e a ditadura militar para manter a *ordem social*, nasce um novo ator na política nacional e Carapanã (2018) explica:

Parte do antipetismo organizado no processo do impeachment se radicalizou progressivamente desde 2015, deixando de lado as ilusões de que o Judiciário poderia resolver os problemas do sistema político e passando a apostar nos militares como arautos da ordem – o que naturalmente foi acompanhado de uma defesa de um suposto legado positivo da ditadura militar. (CARAPANÃ, 2018, p. 35)

Parte do que foi buscado por essas forças políticas de direita tradicionais foi alcançada durante o governo provisório de Temer que retoma a agenda neoliberal radical e o investimento em contrarreformas através da PEC do corte de gastos (PEC 241 ou PEC 55, dependendo da casa legislativa) que desmontou parte das políticas sociais. Contudo, há na polarização político institucional o crescimento de ideias abastecidas por uma minoria que residia na política parlamentar que fazia defesa mais radical dessa perspectiva ultraliberal-religiosa-militar, é concomitante a onda conservadora que vai emergir nos EUA com a vitória de Trump para presidente e a consolidação do *Brexit* no Reino Unido, ambos partem de uma “visão econômica da nova direita tem seu principal ponto em comum com os expoentes da Escola Austríaca no ataque ao Estado como provedor de bens e serviços a todos os cidadãos.” (CARAPANÃ, 2018, p. 37).

No Brasil, como parte dessa articulação das forças políticas da ultradireita alinhada com o pensamento militar, em 2018, a vitória de Bolsonaro assume assim um programa autodeclarado ultraliberal e desse seu quadro ministerial, com militares da reserva em cargos chave, e medidas governamentais que se associam a uma ideia fascista com a defesa do *legado* do regime militar brasileiro.

Assim, segue em curso o desmonte do Estado brasileiro, agora sob a lógica de afrontar a política de direitos humanos, rebatizado de *ministério da mulher, da família e direitos humanos*, seguida do desmantelamento das secretarias por segmento, que perdem seu caráter estratégico e com valores individualistas característicos do modelo neoliberal se intensificando na segunda década deste século XXI.



O Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo (PEEDHSP)

O Estado de São Paulo tem uma longa trajetória de luta pelos direitos humanos, em face das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e as universidades impulsionarem esse debate desde o golpe civil e militar de 1964-1985.

A Constituição do Estado de São Paulo, promulgada em 5 de outubro de 1989, trouxe em seu artigo nº 110, a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), e Lei Estadual nº 7576/1991 e alterada pela Lei Estadual nº 8032/1992, assegura à sociedade civil um importante instrumento para compor o sistema de garantias de Direitos Humanos, criando um conselho autônomo e independente, com uma composição majoritária da sociedade civil, inspirando a participação social e democrática na sua representação.

No entanto, é importante salientar que o Estado de São Paulo sempre teve no governo líderes atrelados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fundado em 1988, com uma promessa de que no campo político estaria no centro esquerda, mas em sua trajetória se caracterizou “em um tipo de estrutura organizacional com pouca democracia interna e com concentração de poder de decisão em suas lideranças [...]” (ROMA, 2002, p.87).

Essa questão da gestão político-administrativo do Estado de São Paulo vai dificultar os avanços no campo dos direitos humanos, conforme o entendimento do movimento social do Estado de São Paulo, que já participou da elaboração do Programa Estadual de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 42.209, de 15 de setembro de 1997 e naquele momento já havia a demanda para a elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e após 20 anos, o Condepe consegue reunir um conjunto de forças políticas para cumprir essa exigência.

É importante salientar, que 2017, o governo Alckmin do partido do PSDB à frente do Estado de São Paulo, se organizava para se afastar do Palácio dos Bandeirantes para participar da disputa presidencial. Sua saída foi triunfal no que se refere à retirada de investimentos nas áreas sociais. Em consonância com a política nacional, que aprovou a emenda nº 95/2016, para congelar os investimentos na educação e saúde por um período de 20 anos, o governador paulista Geraldo Alckmin, alinhado a essa política privatista e de sucateamento com o patrimônio público, enviou o Projeto de lei nº 920/2017, à assembleia legislativa, que autorizava o congelamento das despesas primárias do Estado por dois anos. A iniciativa foi idêntica à adotada pelo governo federal com a emenda nº 95/2016, descrita acima.

A política tucana no Estado de São Paulo foi asfixiante para os direitos sociais e humanos. Há vários exemplos, mas iremos falar apenas de três: o primeiro refere-se ao descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pelo fato de ter sido o último Estado da federação a romper com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor de 1964, por meio da Febem. Somente em 2006, por meio da Lei Estadual 469/06, o governo paulista altera o nome da Febem para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa), para cumprir as exigências do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SILVA; PINI, 2016). O segundo foi a criação tardia da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, também em 2006, após 18 anos de ser garantida no marco jurídico constitucional brasileiro e fruto da luta do movimento dos direitos humanos paulista. Em terceiro, a greve dos estudantes da rede estadual dos estudantes secundaristas em 2015, contra a reorganização do ensino público paulista e a total falta de diálogo do governador para negociar a pauta com a sociedade.

Nesse contexto político, o Condepe desencadeou o processo organizativo para a elaboração do plano estadual de educação em direitos humanos e instalou em fevereiro de 2017 uma Comissão de Trabalho para coordenação. Essa coordenação foi composta por especialistas dos eixos; educação básica, ensino superior, educação não formal, educação e mídia e segurança pública e sistema de justiça. A coordenação dos eixos eram pessoas de organizações da sociedade



civil renomadas e a Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP). A orientação à comissão de trabalho foi no sentido de mapear e conhecer o estado da arte da educação em direitos humanos no Estado de São Paulo, partindo dos dados já existentes nas secretarias estaduais e estudos científicos relevantes.

A ação que marcou o início do processo de construção do Plano foi o Seminário de Educação em Direitos Humanos, realizado no Auditório da Defensoria Pública de São Paulo, em 07 de fevereiro de 2017, com a presença dos movimentos sociais, sindicais, das entidades e organizações e órgãos públicos que atuam na promoção, na garantia e na defesa dos direitos humanos no Estado de São Paulo. E as referências históricas da educação em direitos humanos, a socióloga Margarida Genevois, a professora Maria Nazaré Zenaide e o professor Moacir Gadotti, intelectuais reconhecidos nacional e internacionalmente pela trabalho realizado no Brasil na promoção dos direitos humanos e as autoridades dos órgãos de Estado, defensor público geral do Estado de São Paulo, ouvidor geral da Defensoria Pública, promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, secretário estadual de Educação de São Paulo, e a presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Foi consenso entre os participantes, o papel que o Condepe cumpriria em São Paulo, com a elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos.

Por isso, que a pauta da educação em direitos humanos é estratégica, para desencadear processos formativos em prol da promoção da convivência com a diversidade. Essas pautas foram retomadas nas intervenções, colocando na centralidade a questão do genocídio dos jovens negros, a criminalização dos movimentos sociais, o encarceramento da população jovem e adulta negra, enfim, as graves violações aos direitos humanos.

Na sequência ao Seminário, o Condepe formulou uma deliberação para institucionalizar o grupo de trabalho da Coordenação Geral da Elaboração do PEEDHSP, com a atribuição de elaborar os procedimentos, a metodologia e o cronograma, bem como as orientações do processo de construção do Plano. O processo pedagógico de elaboração caminhou junto com o processo administrativo para assegurar a legalidade do processo^v.

O processo teórico-metodológico do PEEDHSP foi pautado pelos princípios da democracia de base, participação popular, envolvendo sujeitos do conjunto da sociedade civil organizada e órgãos de Estado, coordenado pelo Condepe, conforme podemos encontrar no blog^{vi} peedhsp.blogspot.com, dando uma visibilidade e abrangência do processo para além do Estado de São Paulo e no período de fevereiro a julho, a elaboração do documento, para ser analisado nas audiências públicas.

A Educação Popular foi a concepção teórica adotada, pela compreensão de que é um regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos direitos humanos, e seu reconhecimento é urgente para a ampliação e a concretização dos direitos. Tem conquistado espaço nos diversos movimentos sociais e políticas sociais que reassumem a luta histórica por um projeto emancipador anticapitalista, conforme Moacir Gadotti (2014).

A educação popular foi assumida como concepção teórica para embasamento do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo e como práxis político-pedagógica de todo o processo, principalmente, nas etapas das audiências públicas em diversas regiões do Estado, momento em que a população pode apreciar e fazer propostas de acréscimo ao texto (PEEDHSP, 2017).

A organização do trabalho, no primeiro semestre de 2017, ocorreu por meio de cinco grupos, os quais estruturaram os eixos do PEEDHSP favoreceu a análise da realidade de cada eixo no Estado de São Paulo, traçou os objetivos, metas, responsáveis e prazo, considerando o período de quatro anos para o Plano. Aqui cabe um destaque, em relação aos participantes do eixo cinco, intitulado segurança pública e sistema de justiça, em que os representantes da segurança



pública estiveram representando a polícia civil e a polícia militar, totalizando duas pessoas na primeira reunião, os outros encontros, a polícia militar participou com dois a três representantes uniformizados e armados. Essa questão causou muito desconforto no conjunto dos participantes, mas a justificativa dada era a de que estavam a trabalhar.

Conforme Mariano (2004),

A Polícia Militar de São Paulo, antiga força pública do Império, criada em 1970, trouxe consigo regras, normas e disciplina de instituição fechada. Até março de 2001, manteve o mesmo regulamento disciplinar criado, em novembro de 1943, para o Exército Regional Paulista...O Sistema de segurança estruturado no Brasil nos períodos Colônia e do Império, inspirado para fazer controle social, caracterizado por duas polícias que não realizavam o ciclo completo da atividade policial e que não cultivaram a prevenção, está presente na República (MARIANO, 2004, pp.31-32).

O fato da polícia militar não participar historicamente de processos de construção das políticas sociais públicas, se colocar apartada da sociedade, e quando aparece é como órgão de repressão dificultou muito a convivência com o conjunto dos movimentos sociais.

Nessa tensão o processo seguiu e após a primeira fase de elaboração do documento base por eixo, o conjunto dos participantes se reuniram em plenária para validar o documento em sua totalidade, no mês de julho de 2017.

Essa plenária em face de sua especificidade foi coordenada pelo especialista em planejamento participativo, o professor Genuíno Bordignon (2013), o qual refletiu a concepção de plano das políticas públicas, seus princípios, diretrizes, objetivos, metas e responsáveis. Buscou destacar que nessa fase da elaboração seria importante que todos percebessem que o documento preliminar, discorre sobre princípios e valores em documentos já consolidados, como Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação e o os Pactos e Convenções dos Direitos Humanos, os quais o Brasil já assinou. Desse modo, ao ser aprovado e posteriormente debatido nas audiências públicas com caráter consultivo, ou seja, acrescentar algo, que o grupo não conseguiu assegurar na versão preliminar e após feitas as sistematizações das contribuições recebidas das audiências públicas pela comissão organizadora, o documento vai para Condepe, o qual encaminhará ao chefe do executivo.

Nesse momento, cada eixo expôs a sua análise da realidade os seus objetivos, diretrizes e metas e coletivamente todos dialogaram no sentido de elucidar melhor as propostas formuladas. Após a leitura das propostas do eixo cinco, a polícia militar discordou da formulação da meta 3.1. Garantia 1/3 de realização de cursos anuais de formação de profissionais da segurança pública e do sistema de justiça em universidades e institutos de pesquisa em temáticas relativas aos direitos humanos (gênero, LGBTI, raça/etnia, pessoa com deficiência, refugiados, pessoas em privação de liberdade e egressos) e meta 3.2. Garantia de 1/3 de participação de profissionais nos cursos de formação de segurança pública e do sistema de justiça por profissionais de outros órgãos públicos e participantes de movimentos sociais, sindicais, órgãos de classes e de entidades da sociedade civil reconhecidas pela atuação pautada nos valores de Educação em Direitos Humanos, respeitando a construção curricular dos cursos.

Esse fato foi justificado pela plenária de que historicamente, a polícia militar tem pouco diálogo com a sociedade e o modo como a maioria dos integrantes desse processo compreendeu foi estabelecer um percentual nos cursos, tendo em vista que ainda não há dados científicos, mas a realidade todos os dias apresenta como a segurança pública e o sistema de justiça se relacionam com a sociedade.

Esse momento foi vencido pelo debate democrático, mas essa discordância da polícia militar persistiu sobre quase todas as audiências públicas, onde os mesmos demonstraram articulação e presença massiva gerando medo na população pela presença uniformizada e armada.



Desde a Constituição Federal de 1988, quando se conquistou na norma jurídica o direito à participação, por meio de representações, nos espaços que decidem os rumos públicos, foram criados diferentes instrumentos políticos: Conselhos de Política Pública, Comitês, Conselhos Gestores das Unidades Básicas de Saúde, Orçamento Participativo, audiências, dentre outros, como afirma Raquel Raichelis:

É um processo que assume, assim, o caráter de estratégia política de sujeitos sociais que passam a disputar lugares de conhecimento social e político. Entendida desta forma, a construção da esfera pública transcende a formação estatal ou privada. Remete a novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil, formas em que interesses coletivos, possam ser confrontados e negociados (RAICHELIS, 1998, p. 27).

O critério de escolha das localidades das audiências públicas pautou-se na divisão geográfica da Defensoria Pública, que abrange todo o Estado de São Paulo, com exceção da cidade de Lins, a qual não dispõe de unidade da Defensoria, mas contava com articulação regional. Além disso, priorizou-se as datas com uma semana de antecedência das pré-conferências da Defensoria Pública. Todas as audiências públicas tiveram caráter consultivo e como objetivo coletar contribuições para o aprimoramento de seu texto base. Esse período foi de julho a setembro de 2017.

A última Audiência Pública que ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em 28 de setembro de 2017 foi composta por diferentes autoridades do poder público federal, estadual, parlamentares e representantes dos movimentos sociais, conforme relacionamos: Nazaré Cupertino (Condepe), Marcia Guerra (Comitê Estadual de Direitos Humanos), Denise Carrera (Ação Educativa), Roberto da Silva (Feusp), Paulo Mariante (Comissão Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo), Maria Rehder (Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Alderon Costa (Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo), Eduardo Ferreira Valério (Ministério Público - SP), Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Deputada Beth Sahnão, Deputado Carlos Bezerra, João Paulo Rillo (Deputado Estadual, Presidente da Subcomissão de Educação em Direitos Humanos), Flavia Piovesan (Secretaria Nacional de Cidadania). Mesmo o Secretário de Segurança Pública não tendo enviado representante, a polícia militar presente indicou um integrante da corporação que participou do processo para representar o órgão.

Na plenária ocorreu uma polarização entre os movimentos povo sem medo representado por sujeitos políticos integrantes do movimento dos sem tetos urbanos e o Movimento Brasil Livre (MBL) representado por sujeitos políticos atrelados à defesa da intervenção militar, defesa da família tradicional e do projeto escola sem partidos. Dois polos que não havia como construir consensos dentro da diferença, pois o que estava em disputa era a concepção de mundo, de sociedade, homem/mulher e de direitos humanos.

Os oficiais da polícia militar mantiveram uma postura cordial, mesmo diante do conflito durante as audiências públicas, mas a relação Estado e sociedade civil estava estremecida. No entanto, três órgãos de Estado presentes na coordenação do processo mantiveram o regime democrático: o Condepe, o Ministério Público e a Defensoria Pública, sem eles o processo não continuaria até o final.

A participação do Movimento Social na construção do Plano aprofundou o processo democrático, peculiar do perfil dos movimentos presentes, em que suas reivindicações se pautaram em torno da luta social por direitos sociais e políticos, de modo, particular pela habitação, devido ao alto preço dos aluguéis e precárias condições de habitabilidade, trabalho informal, com articulação de ambulantes em torno da demanda de regularização dos seus trabalhos. Pessoas em situação de



rua, lutando contra a violência diária que ocorre de várias formas físicas e psicológicas. Movimento de mulheres, reivindicando igualdade de gênero, contra a violência doméstica e maior representação na política. Movimento negro, lutando contra o racismo e por direitos. Movimento LGBT, lutando por reconhecimento da diversidade sexual e pela promoção do reconhecimento das relações homoafetivas. Movimento da Educação, na defesa da educação emancipadora, pública, gratuita, laica e de qualidade social.

Sendo expressões desses movimentos: a Central de Movimentos Populares (CMP), tendo uma atuação nacional, nascido nas periferias da grande São Paulo, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que atua na cidade de São Paulo e o Instituto Paulo Freire (IPF), com atuação na educação, em âmbito nacional e internacional, tendo o compromisso de disseminar a concepção de educação emancipadora.

Os novos canais de participação conquistados, a partir da Constituição Federal de 1988, trouxeram disputas de projetos no campo da participação da sociedade e uma intensa correlação de forças na construção de políticas públicas, por meio da relação entre os diversos sujeitos sociais e o Estado.

A participação da sociedade nestes órgãos preconiza a possibilidade de mudanças, conforme afirma Maria da Glória Gohn (2011).

[...] a dimensão e o significado desta mudança são enormes porque não se trata apenas de “introduzir o povo” em práticas de gestão pública, como preconizava as propostas da democracia com participação comunitária nos anos 1980, quando a ideia da participação se vinculava a apropriação simples de espaços físicos. Trata-se agora de mudar a ótica do olhar, do pensar e do fazer, altera-se os valores e os referenciais que balizam o planejamento e os exercícios das práticas democráticas. (GOHN, 2011, p. 7).

Por isso, que as tensões vividas na construção do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos coordenado pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Pessoa Humana do Estado de São Paulo (Condepe), Comitê Estadual dos Direitos Humanos de São Paulo, Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPSP), Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Edepe), Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e representantes de órgãos de Segurança Pública estavam na esfera da implementação das políticas sociais, sendo o executivo e o legislativo a maior barreira a ser vencida. O primeiro, por se implicar parcialmente e o segundo por estar constituído por forças políticas contra a democracia representados pela bancada da bala e bancada da bala, após eleição de 2018.

A participação na esfera organizativa do processo nos trouxe um grande desafio e ao mesmo tempo um exercício constante de articulação, tendo em vista que as forças políticas, principalmente, no momento das audiências públicas advinham daqueles movimentos sociais que se encontravam mais participativos e com representações coletivas que conseguiam mobilizar novos sujeitos para a cena pública.

Pensar nestes sujeitos é importante entendê-los como atores num cenário de jogos de interesses, conforme define Herbert José de Souza onde afirma que:

O Ator é alguém que representa e encarna um papel dentro de um enredo de uma trama de relações [...]
Mas a ideia de “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais. Instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas. (SOUZA, 1984, p. 12).

Bem como pensar no processo como um todo e no jogo de interesses de grupos e instituições que no processo de construção se apresentaram disputando espaço na luta coletiva e defendendo ideias, pautas e bandeiras de luta.



Portanto a correlação de forças se fez constante em todo o processo, haja vista que os interesses se expressaram contundentemente para que se fizesse valer suas propostas.

As classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de forças de domínio igualdade ou de subordinação [...] (SOUZA, 1984, p. 13).

Do ponto de vista político-pedagógico, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos foi concluído de forma transversal e por múltiplos sujeitos políticos, todas as contribuições advindas das audiências públicas e em consonância com o estado democrático de direito foi incorporada ao texto que seria aprovado pelo Condepe.

Em relação ao conflito estabelecido com a polícia militar, as próprias audiências públicas deram a resposta para manter o texto das metas 3.1 e 3.2 e para chegar no percentual de participação foi criado a terceira meta:

Meta 3.1. Garantia de realização de cursos anuais de formação de profissionais da segurança pública e do sistema de justiça em universidades e institutos de pesquisa em temáticas relativas aos direitos humanos (gênero, LGBTI, raça/etnia, pessoa com deficiência, refugiados, pessoas em privação de liberdade e egressos).

Meta 3.2. Garantia de realização de participação de profissionais nos cursos de formação de segurança pública e do sistema de justiça por profissionais de outros órgãos públicos e participantes de movimentos sociais, sindicais, órgãos de classes e de entidades da sociedade civil reconhecidas pela atuação pautada nos valores de Educação em Direitos Humanos, respeitando a construção curricular dos cursos.

Meta 3.3. Elaboração de estudo técnico para embasamento científico e apuração do patamar mínimo a ser aplicado nas Metas 3.1 e 3.2, em cada uma das instituições no prazo máximo de 4 (quatro) anos (PEEDHSP/2017).

Desse modo, o documento foi finalizado e encaminhado ao Condepe, que o aprovou no dia 20 de fevereiro de 2018. Mesmo não havendo conjuntura política para o PEEDHSP ser enviado à assembleia legislativa, o Condepe tentaria um decreto pelo executivo para a negociação e sensibilização do governo do estado de São Paulo em publicar o PEEDHSP.

Em 2018, a transição do governo Alckmin-França, para a disputa eleitoral, sendo o primeiro candidato à presidente da república e o segundo ao governo do Estado impediu a celeridade do processo de aprovação por parte do executivo. A entrada do vice, Márcio França (PSB) para governar o Estado de São Paulo, de origem política na cidade de São Vicente, Região da Baixada Santista, teve um relativo diálogo com os órgãos de direitos humanos, sinalizando possibilidades diferentes daquelas adotadas anteriormente pelo PSDB, mas o calendário eleitoral e a Comissão Parlamentar de Inquérito (PCI) no contexto da operação Ethos deflagrada em 2017, para fiscalizar as ações do Condepe, mas concluída em 2018, e no relatório final aponta para autonomia financeira do Condepe, impossibilitaram avançar no executivo a tramitação do PEEDHSP.

Mesmo nessa conjuntura desfavorável, o Condepe se articulou e refundou a Comissão de Educação, para ser a Comissão Estadual de Educação em Direitos Humanos, como espaço de monitoramento do Plano Estadual de Estadual de Educação em Direitos Humanos, vinculada ao Condepe, com o importante papel de pensar as ações de acordo com as metas aprovadas no Plano Estadual.

A comissão de monitoramento constituída por órgãos de Estado e organizações da sociedade civil fez o planejamento anual das ações e como prioridade de 2018, elegeu o mapeamento do estado da arte da Educação em Direitos Humanos, nos órgãos públicos estatais e para problematização das concepções e dados coletados foi realizado o I Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos, em agosto de 2018. Na mesma direção do monitoramento em



2019, a prioridade foi realizar o mapeamento das experiências relativas à educação em direitos humanos, realizadas pelos órgãos públicos estaduais e as organizações da sociedade civil. Tais experiências foram apresentadas no Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos, em novembro de 2019.

Assim, a Comissão Estadual de Monitoramento do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos tem compartilhado as visões sobre direitos humanos dos distintos órgãos do Estado e da própria sociedade civil e ao mesmo tempo divulga o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Conforme Dagnino (2002):

Uma consequência concreta fundamental dessas visões tem sido a emergência de experiências de construção de espaços públicos, tanto daqueles que visam promover o debate amplo no interior da sociedade civil sobre temas/ interesses até então excluídos de uma agenda pública, como daqueles que se constituem como espaços de ampliação e democratização da gestão estatal (DAGNINO, 2002, p.10).

Ficou evidenciado que se instalou a partir de 2017, um movimento pela base para pressionar o Estado de São Paulo pela pauta da Educação em Direitos Humanos. Debates que eram realizados até então em ambientes mais restritos no Estado sobre Direitos Humanos se ampliam com a elaboração do PEEDHSP e os movimentos sociais tem se empenhado para dar capilaridade a essa política que ainda carece de investimentos políticos do Estado, a medida em que o executivo ainda não a regulamentou.

Considerações Finais

A relevância nacional do PNEDH não foi assumida como compromisso de Estado de forma efetiva e concreta, em particular na política educacional, que mesmo sendo a única a construir diretrizes nacionais, para a educação em direitos humanos em 2012, não construiu um mecanismo de monitoramento dos estados com indicadores e metas, para acompanhar a elaboração de seus planos e, tampouco, sua implementação na educação superior.

Os demais eixos do plano nacional não tiveram nenhum documento que pudesse assegurar orientações concretas para sua implementação, isso significa que alguns avanços obtidos por alguns ministérios, são esforços que partiram dos profissionais que ocuparam as gestões em determinado período.

A relação com as contrarreformas neoliberais durante o período dos governos Lula – Dilma está no fato de que sendo o orçamento elemento central da política de Estado e as políticas públicas e sociais expressões da funcionalidade administrativa deste Estado, ambas em seus papéis diferentes cumpriam quesito estratégico para a efetividade do PNEDH. Sendo que o primeiro garantiria os recursos e o estímulo à manutenção da EDH na forma de programas com continuidade e o segundo permitiria sua incorporação progressiva ao cotidiano, do conjunto da população por meio dos segmentos sociais, de uma diretiva nova nas relações sociais por meio da publicização, ações e promoção no seio da sociedade dos temas e questões necessárias para democratização dessas relações, inclusive junto ao Estado.

Na contramão da conjuntura totalmente desfavorável a tomadas de decisões políticas, econômicas, administrativas de estagnação e/ou retrocessos na esfera governamental, a sociedade civil organizada e em articulação com o Condepe, em 2017, permaneceram na esperança e compreenderam que o conteúdo do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, assumiria um sentido político-pedagógico e um compromisso público de alguns órgãos de Estado com a área da Educação em Direitos Humanos.

Afinal, a garantia dos Direitos Humanos é resultado de muitas lutas políticas e momentos históricos, que força a vigilância permanente dos que acreditam e querem uma sociedade



democrática, participativa, humanizadora e comprometida com todos e todas ao qual nela vive, mas sua implementação dependerá da conjuntura política.

Há muitos desafios para a sociedade civil e os órgãos de Estado atuantes nesse processo do Plano, principalmente em uma conjuntura política de ultraconservadorismo.

A esperança vem da luta dos sujeitos políticos que continuam tendo a capacidade política e social de vocalizar as demandas da educação em direitos humanos, pautar os órgãos de Estado e visibilizar as metas do PEEDHSP em seu terceiro ano. Essa é uma forma de manter acesa a resistência e continuar com a causa da educação em direitos humanos firme no Condepe.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira.** *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2019, vol.38, n.1, pp.185-213. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: 5 de jun.2020.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos.** Brasília: DF, 2010. Disponível em:

<https://www.unesp.br/observatorio_ses/mostra_arq_multi.php?arquivo=1684>. Acesso em: 5 de jun.2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: DF, 1988.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Caderno de Educação em Direitos Humanos/ Educação em Direitos Humanos: **Diretrizes Nacionais.** Brasília, 2013. Disponível em:

<<https://cdnbi.tvescola.org.br/contents/document/publications/1449252206540.pdf>>. Acesso em: 5 de jun.2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).** Brasília: DF, 1996. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 5 de jun.2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Brasília: DF, 2014. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>>. Acesso em: 6 de jun.2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH-3).** Decreto nº 7.037 e atualizado pelo Decreto nº 7.177. Brasília: DF, 2010. Disponível em:<

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/PNDH-3_versao_final-eleitoral.pdf>.

Acesso em: 6 de jun.2020.

BRASIL. **Lei da Tortura.** Brasília: DF, 1997. Disponível em:<

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9455-7-abril-1997-349431-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 6 de jun.2020

BRASIL. **Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita).**

Lei nº 9.807. Brasília: DF, 1999. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9807-13-julho-1999-378063-norma-pl.html>>. Acesso em: 6 de jun.2020.

BRASIL. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**, e dá outras providências. Lei nº 10.639. Brasília: DF, 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 6 de jun.2020



BRASIL. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Lei nº 11.645. Brasília: DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 5 de jun.2020.

BRASIL. **Casa da Mulher Brasileira**. Decreto nº 8.086. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1035896/decreto-8086-13>>. Acesso em: 5 de jun.2020.

BRASIL. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. Lei nº 12.852**. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12852-5-agosto-2013-776713-norma-pl.html>>. Acesso em: 5 de jun.2020.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Relatório da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos "Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade"**. Brasília, 2016. Disponível: <<http://www.direito.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição do Teto dos gastos públicos**. nº 55. Brasília: DF, 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/505250-promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos/>>. Acesso: 5 de jun.2020.

BORDIGNON. Genuíno. **Gestão da Educação no Município**: sistema, conselho e plano. 2ªed. São Paulo. Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2013.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2019)**. Disponível em: <<https://campanha.org.br/acervo/relatorio-de-metas-do-plano-nacional-de-educacao-2019/>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In Esther Solano (Org.) **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil, São Paulo: Ed. Boitempo, 2018. E-book. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf>. Acesso: 5 de jun.2020.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, 2, 1993, **Declaração e Programa de Ação de Viena**. Viena, 1993. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>>. Acesso: 5 de jun.2020.

DAGNINO. Evelina (Org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Col. Perspectivas do homem, vol. 42 - Série Política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Editora e



Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GENEVOIS. Margarida. Direitos Humanos não são uma teoria, são vida. In:

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS (IDDH). **I Colóquio Internacional de Educação em Direitos Humanos e Reunião Ordinária do CNEDH**.

Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://iddh.org.br/noticias/i-coloquio-internacional-de-educacao-em-direitos-humanos-e-reuniao-ordinaria-do-cnedh>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Estatuto da Criança e do Adolescente e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: IPF, 2008.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Texto Base do Plano Estadual em Educação de Direitos Humanos**. São Paulo, 2017. Disponível em:

<https://www.paulofreire.org/download/pdf/18072017_Final_TextoBase_PlanoEstadualEduca%C3%A7%C3%A3oemDireitosHumanosSP.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

JUNG, Hildegard Susana; FOSSATTI, Paulo. **Duas décadas de LDB 9394/96**: Gênese, (des) caminhos, influência internacional e legado. Maringá, PR: Universidade Federal de Maringá, 2018.

LIU, Emiliano; PINI, Francisca. A educação Popular e o Orçamento Participativo de Guarulhos: o projeto político-pedagógico da formação. In: LIMA, Kátia Cacilda Pereira; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira (orgs.). **Orçamento Participativo**: múltiplos olhares. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.

MARCÍLIO. Maria Luiza (Org.). **Dez Anos da Comissão de Direitos Humanos**: Universidade de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2007.

MARIANO, Benedito Domingos. **Por um novo modelo de polícia no Brasil**: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

MEMÓRIAS DA DITADURA. **O que é justiça de transição?** [2020]. Disponível em: <<http://memoriasdadtadura.org.br/justica-de-transicao>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil. Org.: Esther Solano – São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

MONTEIRO, Ailda, TAVARES, Celma (Orgs.). **Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: MIGUEL, Luís Felipe et al. **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

PINI, Francisca. MORAES, Celio. **Educação, Participação Política e Direitos Humanos**. São Paulo: IPF, 2011.

PIOVESAN. Flávia. Concepção Contemporânea de Direitos Humanos. In. HADDAD. Sérgio. GRACIANO. Mariângela (Orgs.) **A educação entre os direitos humanos**. Campinas, SP: Autores Associados. São Paulo: SP. Ação Educativa, 2006.

RAICHELIS. Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil**: Percursos e Estratégias - 1986 a 2010. Tese de Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva – São Paulo: PUC/SP, 2013.



ROMA, Celso. **A Institucionalização do PSDB: Entre 1988 e 1999**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a06v1749.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição do Estado de São Paulo**. São Paulo: SP, 1989.

SÃO PAULO (Estado). **Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e dá providências correlatas**. Lei Estadual n. 7.576. São Paulo: SP, 1991.

SÃO PAULO (Estado). **Institui o Programa Estadual de Direitos Humanos, cria a Comissão Especial de Acompanhamento da execução desse programa**. Decreto nº 42.209. São Paulo: SP, 1997.

SÃO PAULO (Estado). **Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências**. Lei nº 16.279. São Paulo: SP, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. A Lei nº 16.625, de 18 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20171219&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, João Batista Teófilo. A Comissão Nacional da Verdade e os desafios e limites para a "justiça de transição" no Brasil. **Rev. ANGELUS NOVUS**. USP. Ano VII, n. 12, pp.81-106, 2016.

SILVA, Patrícia Ferreira da. PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira (coord.). **Serviço social no Sistema Socioeducativo do Estado de São Paulo**. São Paulo : CRESS 9ª Região Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 2016.

SINGER, Paul. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et.al. **Direitos Humanos políticas públicas e educação em e para os direitos humanos**. João Pessoa: CCTA, 2019.

Recebido em: 22/05/2020

Aceito em: 11/07/2020

ⁱ Participamos da equipe de coordenação pedagógica do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. Texto Base do Plano Estadual em Educação de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/download/pdf/18072017_Final_TextoBase_PlanosEstadualEduca%C3%A7%C3%A3oemDireitosHumanosSP.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

ⁱⁱ Salvador, 2010. “A desvinculação desses recursos, com a utilização de instrumentos como DRU, caminha na direção oposta à das conquistas sociais da Constituição. (...) as políticas sociais mais prejudicadas pelo mecanismo da DRU são as da seguridade social e da educação.”

ⁱⁱⁱ Planos Nacionais referenciados pelos seus respectivos conselhos nacionais, como Conselho Nacional de Direitos Humanos, Igualdade Racial, Diversidade, Mulheres, Cidades, Juventude, Meio Ambiente, entre outros.

^{iv} FFAA sigla para Forças Armadas.

^v Publicada resolução que estabeleceu os procedimentos para o processo de elaboração do PEEDHSP. Diário Oficial. Poder Executivo - Seção I. São Paulo, 127 (82) – 135. Justiça e Defesa da Cidadania.

^{vi} Elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. Disponível em: <peedhsp.blogspot.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2020.